



**Ministério Público de Sergipe**  
**IV Concurso Público para o Provimento de Vagas de**  
**Analista do Ministério Público**  
**Ciências Contábeis**

Nome do Candidato  
Caderno de Prova '07', Tipo 004

Nº de Inscrição  
MODELO

Nº do Caderno  
TIPO-004

Nº do Documento  
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA**

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos

**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase abaixo, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A justiça sem força e a força sem justiça são duas grandes desgraças.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

**VOCÊ DEVE**

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E

**ATENÇÃO**

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-textos, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 8, baseie-se no texto seguinte.

**A não-festa dos meus oito anos**

– Quer dizer que não vai ter meu aniversário?

*Não me lembro de ter feito a pergunta. Fiz o que pude para abafar essa lembrança – e quando muitos anos mais tarde me contaram o caso, como quem conta um episódio inocente, quis nada menos que morrer também. Eu já era um adolescente quando essa história me foi lembrada – a mim, que a havia sepultado no fundo do meu inconsciente.*

*Eu já ia fazer oito anos, mas minha mãe, recostada na cabeceira da cama, estava cercada de tias, primas, sobrinhas, amigas, e mamãe repetindo que Papai do Céu tinha levado nossa irmã. Foi então que perguntei se não ia ter meu aniversário. Ouvindo essa história, adolescente, me senti um monstro. Vergado sob a culpa tardia e envergonhado do papelão de ter pensado em bolo, salgadinhos e presentes numa hora daquelas, nossa mãe sofrendo, papelão ainda mais horrendo quando comparado ao papel bonito dos meus irmãos. O mais velho, olhos cheios de lágrimas, correu ao quarto da irmã, abriu o armário e acariciou os vestidinhos pendurados. O outro irmão compôs uma pulseirinha delicada com pequenos grampos de cabelo. Eu não pensei em nada, pois aquela morte havia destroçado o meu aniversário.*

*Diante da minha frustração, devem ter dito: vamos dar alguma coisa pra esse menino, coitado – e então fomos para o centro da cidade, tia Nathalia e eu, comprar na loja alguma coisa para mim, qual coisa? – e a coisa resultou ser uma sanfoninha que quase seis décadas depois ainda está aqui, ali no alto dessa estante na minha casa de homem velho, capaz ainda de produzir música, intocada, mas tocável.*

*Só não garanto que o dono dê conta de extrair dali o “Parabéns pra você”, o parabéns-para-mim que o menino de oito anos tirou sozinho, sentado na escada de uma casa onde os pais chorosos cuidavam do granito preto para o túmulo da menina que partira. A cada vez que me entrego a tais lembranças, é difícil para mim metabolizar a verdade rude dos sentimentos daquele menino que não se conformou ao ver sabotada a festa de seus oito anos.*

(Adaptado de: WERNECK, Humberto. **Esse inferno vai acabar**. Porto Alegre, Arquipélago, 2011, p. 65-66)

1. A inventiva expressão *parabéns-para-mim* (5º parágrafo) foi adotada pelo autor para traduzir
  - (A) a forma que o menino acabou encontrando para justificar sua indiferença diante da morte da irmã.
  - (B) o modo pelo qual o aniversariante resolveu se manifestar depois que se deu conta do luto de seus familiares.
  - (C) o remorso curtido pelo menino ao se dar conta de que sua frustração derivava de seu egoísmo.
  - (D) a decisão solitária do menino ao fazer daquele presente uma compensação para seu desconsolo.
  - (E) a represália indignada do menino, por conta do presente que improvisaram no dia de seu aniversário.

---

2. A expressão *vergado sob a culpa tardia*, no 3º parágrafo, tem como referência
  - (A) o fato de que o menino aniversariante não soube improvisar a tempo uma homenagem tão original como a feita pelos irmãos.
  - (B) o vexame que o menino sentiu quando, em sua adolescência, lhe informaram que ele sequer se dera conta da morte da irmãzinha.
  - (C) um sentimento melancólico que se apoderou do autor quando da tímida celebração organizada para seu aniversário de oito anos.
  - (D) a frustração quando soube que sua festa de aniversário seria postergada para outra data qualquer, por certo mais conveniente.
  - (E) a penosa vergonha que o acometeu quando, anos mais tarde, soube de sua reação diante da festa cancelada pelo luto.



3. Os tempos e modos verbais estão adequadamente articulados na frase:
- (A) Embora não ignorasse o trágico evento daquele dia, o menino sofreu com o fracasso da comemoração que estava aguardando.
  - (B) Ainda que o menino tenha observado as reações de seus irmãos, nem por isso deixasse de amargar a falta da tão aguardada festa.
  - (C) O irmão resolveu que comporia uma delicada pulseirinha com os grampos de cabelo caso os tenha encontrado na gaveta.
  - (D) Se propusessem ao menino manter a comemoração de seu aniversário, possivelmente ele venha a concordar com tal proposta.
  - (E) No caso de que não tivesse ganhado nenhum presente, o menino experimentara uma frustração ainda maior.
- 
4. Ao se referir à sanfoninha no *alto dessa estante na minha casa*, o autor revela que
- (A) o presente de seu aniversário de oito anos foi preservado para inocentá-lo da culpa que sentiu quando menino.
  - (B) manteve disponível seu instrumento musical para lembrá-lo da insensibilidade que mostrou naquela data de aniversário.
  - (C) a passagem do tempo fez do seu antigo presente uma prova de reabilitação de seus melhores sentimentos.
  - (D) o fato de não mais tocar o instrumento fez com que se esquecesse da circunstância em que o ganhou.
  - (E) houve uma depreciação máxima do presente que lhe deram sem merecimento seu para ganhá-lo.
- 
5. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de uma expressão do texto em:
- (A) *não garanto que o dono dê conta* (5º parágrafo) = não afianço que o proprietário consiga.
  - (B) *metabolizar a verdade rude* (5º parágrafo) = expurgar a real grosseria.
  - (C) *como quem conta um episódio inocente* (2º parágrafo) = à medida que se narra um fato simplório.
  - (D) *ainda mais horrendo quando comparado* (3º parágrafo) = mais tenebroso ainda se assimilado.
  - (E) *havia destruído o meu aniversário* (3º parágrafo) = houvera de submeter o meu natalício.
- 
6. *Ouvindo essa história, adolescente, me senti um monstro.*
- No contexto da narrativa desenvolvida, o elemento sublinhado na frase acima deve ser entendido como uma forma reduzida da expressão
- (A) como se fosse um adolescente.
  - (B) visto que era um adolescente.
  - (C) para ser adolescente.
  - (D) tendo sido um adolescente.
  - (E) sendo já um adolescente.
- 
7. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
- (A) As notas do "Parabéns a você", que ele tirou da sanfoninha, constituiu a vingança do menino pela impossibilidade de comemorar seu aniversário.
  - (B) As providências que se decidiram tomar para consolar o menino acabou resultando na compra de uma inesquecível sanfoninha.
  - (C) O luto da mãe, das tias, das primas, de todos os familiares, não parece ter sensibilizado o menino, que tanto gostaria de ver comemorados os seus oito anos.
  - (D) De pequenos grampos de cabelo constituíram-se, por um dos irmãos do menino, o colarzinho composto em homenagem à irmã que partira.
  - (E) Nenhum dos familiares do menino, no meio daquela tragédia, ousaram pensar em comemorar os oito anos daquela criança tão amargurada.
- 
8. Na frase *a coisa resultou ser uma sanfoninha que quase seis décadas depois ainda está aqui, ali no alto dessa estante*, os dois segmentos sublinhados
- (A) traduzem a instabilidade de uma dupla emoção que se impunha ao menino.
  - (B) convergem na prova melancólica de um apagamento da memória.
  - (C) constituem um paradoxo, numa relação contraditória.
  - (D) indicam, respectivamente, permanência temporal e proximidade física.
  - (E) expressam, na ordem dada, uma proximidade física e uma distância temporal.



**Atenção:** Para responder às questões de números 9 a 15, baseie-se no texto seguinte.

**[Em busca da origem da desigualdade social]**

*A pesquisa que culminou na escrita deste livro – O despertar de tudo – começou quase uma década atrás, basicamente como uma forma de brincadeira. No princípio, nós nos lançamos a isso, cabe reconhecer, num espírito de ligeiro desvio das nossas responsabilidades acadêmicas mais “sérias”. Acima de tudo, estávamos curiosos para ver como as novas evidências arqueológicas que se acumularam nas três últimas décadas poderiam modificar nossas concepções dos primórdios da história humana, sobretudo os aspectos associados às discussões sobre as origens da desigualdade social.*

*Não demorou, contudo, para se tornar óbvia a potencial relevância do que estávamos empreendendo, pois quase ninguém mais em nossas disciplinas parece dedicado a esse trabalho de síntese. Com frequência ficamos surpresos ao buscar em vão por livros que supúnhamos existir, mas que na verdade sequer haviam sido escritos – por exemplo, compêndios das cidades primitivas desprovidas de governos fortes, exercidos de cima para baixo, ou relatos de processos democráticos de tomada de decisão na África ou na América.*

*No final, concluímos que essa relutância em sintetizar informações básicas não se devia apenas a uma reticência por parte de pesquisadores: tratava-se apenas da inexistência de uma linguagem apropriada para dar conta de determinadas estruturas sociais. Como, por exemplo, nos referimos a uma “cidade desprovida de estruturas de governo de cima para baixo”?*

*No momento, ainda não há um termo de aceitação geral. Nos arriscaríamos a chamar isso de “democracia”? Ou “república”? Caberia dizer “cidade igualitária”? Mas isso implicaria o ônus de provar que a cidade era “de fato” igualitária – o que significaria, na prática, demonstrar que nenhum elemento de desigualdade estrutural estava presente em qualquer aspecto da vida de seus habitantes, incluindo grupos familiares e práticas religiosas. Dada a raridade, ou mesmo inexistência de tais evidências, seria inevitável a conclusão de que afinal essas cidades não tinham nada de igualitário. Trata-se, enfim, de considerar que a existência de civilizações originalmente não marcadas pela desigualdade social pode não ser mais do que um mito a ser desmontado.*

(Adaptado de: GRAEBER, David, e WENGROW, David. **O despertar de tudo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 552)

9. A relutância em sintetizar informações básicas (3<sup>a</sup> parágrafo) com que se depararam os autores do texto em sua pesquisa deveu-se, sobretudo,
- (A) à falta de estrutura de algumas cidades desprovidas de um governo mais atuante.
  - (B) ao fato de que as bases sociais eram tão semelhantes que não havia como distingui-las.
  - (C) à dificuldade de caracterizar e nomear com exatidão os fenômenos sociais investigados.
  - (D) às penosas condições socioeconômicas enfrentadas pelos primeiros pesquisadores.
  - (E) à rudimentar tecnologia dos métodos explorados nas observações pioneiras.
- 
10. Ao se lançarem, anos atrás, nas suas pesquisas sobre alguns aspectos dos primórdios das origens humanas, os autores do texto
- (A) obrigaram-se a promover uma criteriosa seleção entre os muitos documentos científicos que sintetizavam os aspectos a serem considerados.
  - (B) promoveram cuidadosa análise dos inúmeros dados que pesquisas alheias haviam obtido a respeito da origem da desigualdade social.
  - (C) depararam-se com uma bibliografia especializada tão densa que chegaram a ficar surpresos com a relevância do material.
  - (D) estavam estimulados sobretudo a corresponder às mais altas e desafiadoras expectativas ao longo de sua vida acadêmica.
  - (E) deram-se logo conta da grande importância de seu projeto, dada a carência de resultados sumários na matéria investigada.



11. As formas verbais estão corretamente flexionadas e há presença de voz passiva na frase:
- (A) Como foram obtidos poucos resultados, eles não mais se detiveram em novas etapas.
  - (B) Malgrado a decepção que experimentaram, eles se recomporam e foram em frente.
  - (C) Os pesquisadores não suporam que a pesquisa não seria conclusiva.
  - (D) Fatores negativos interviam nas atividades exercidas pelos pesquisadores.
  - (E) Mesmo que eles revessem os resultados, a pesquisa seguiria inconclusiva.
- 
12. Em busca da origem da desigualdade social, os autores do livro **O despertar de tudo**, no último parágrafo desse texto,
- (A) concluem que a desigualdade social, desfazendo o mito do igualitarismo, pode ser um fator permanente da nossa história.
  - (B) demonstram que o igualitarismo social só terá ocorrido na história caso se considere o fator da igualdade num sentido bastante elástico.
  - (C) dizem ter refundado os conceitos de "democracia" e de "república" depois que se depararam com cidades igualitárias.
  - (D) afirmam que apenas alguns povos lograram fundar sociedades em que o igualitarismo foi praticado por um bom tempo.
  - (E) referem seu acesso a documentos esparsos, nos quais se fazia referência a cidades onde a prática religiosa era um fator de agregação social.
- 
13. *No final, concluímos que essa relutância em sintetizar informações básicas não se devia apenas a uma reticência por parte de pesquisadores.*
- A frase acima manterá seu sentido e sua correção caso se substituam os elementos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) indiferença por – indecisão
  - (B) disposição para com – falta de interesse
  - (C) disposição em – ausência por culpa
  - (D) resistência a – hesitação
  - (E) inclinação para – omissão deliberada
- 
14. Há utilização de **linguagem figurada** neste comentário sobre o texto:
- (A) Vários conceitos clássicos de antropologia não puderam ser aplicados na pesquisa.
  - (B) Os pesquisadores buscaram escavar as raízes do processo de desigualdade social.
  - (C) Os pesquisadores se propuseram a uma pesquisa pouco acadêmica.
  - (D) Não havia bibliografia especializada no tema daquela pesquisa.
  - (E) Foi um tanto frustrante dar com a falta de documentos mais comprobatórios.
- 
15. Está inteiramente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) Os pesquisadores acabaram por concluir, que a verdadeira razão daquelas lacunas, estava na falta de uma nomenclatura adequada.
  - (B) As evidências de cidades igualitárias, praticamente inexistiam, o que acabou marcando o caráter pouco conclusivo, da empenhada pesquisa.
  - (C) Apesar dos esforços, empreitados pelos pesquisadores, eles não lograram êxito, em suas buscas.
  - (D) O pior, que pode acontecer com pesquisadores, mesmo quando empenhados, é não obterem resultados, de fato conclusivos.
  - (E) Ao fim e ao cabo, os pesquisadores, apesar de seus esforços, não lograram determinar a origem da desigualdade social.
- 
16. *Não demorou, contudo, para se tornar óbvia a potencial relevância do que estávamos empreendendo.*
- Reconstruindo de modo adequado a frase acima, iniciando-se pelo segmento **A potencial relevância do que estávamos empreendendo**, deve seguir-se esta complementação:
- (A) brevemente, ainda assim, se fez com obviedade.
  - (B) mostrou-se, portanto, como se fosse óbvia.
  - (C) óbvia que fosse, não demorou a mudar.
  - (D) não tardou, entretanto, a se revelar óbvia.
  - (E) embora óbvia, logo se transformou.
- 

#### Noções de Legislação

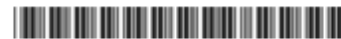
17. Ao Ministério Público compete
- (A) oferecer ações penais de iniciativa pública e privada.
  - (B) exercer controle externo da atividade policial, na forma da Lei.
  - (C) requisitar a promoção de inquéritos civis e de ações civis públicas.
  - (D) requerer diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial.
  - (E) exercer a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.



18. Joana, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe, requisitou a um Secretário Municipal o acesso a documentos relativos à execução de um contrato de concessão de serviço público. Porém, o Secretário se recusou a apresentar os documentos sob a alegação de que estariam protegidos por sigilo. Nesse caso, o acesso aos documentos pelo Ministério Público deverá ser
- (A) concedido mediante requisição do Conselho Nacional do Ministério Público.
  - (B) avaliado de acordo com o caso concreto, a depender do grau de sigilo dos documentos.
  - (C) negado porque o sigilo dos dados, documentos e informações é inafastável.
  - (D) concedido mediante autorização judicial escrita e fundamentada.
  - (E) concedido, sem prejuízo da subsistência do caráter sigiloso dos documentos fornecidos.
- 
19. Foi instaurada sindicância para apurar suposta negligência de Eduardo, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe, no exercício de suas atribuições funcionais. Ao final da sindicância, concluiu-se pela existência de elementos suficientes de autoria e materialidade. Diante disso, a próxima providência será a
- (A) representação à Coordenadoria-Geral.
  - (B) aplicação de sanção disciplinar compatível com a gravidade da infração.
  - (C) instauração de processo administrativo disciplinar.
  - (D) instauração de reclamação disciplinar.
  - (E) representação ao Colégio de Procuradores de Justiça.
- 
20. O órgão que articula as atividades das Promotorias de Justiça e dos Centros de Apoio Operacionais na defesa e proteção do patrimônio público e social, do consumidor, do meio ambiente, bem como das fundações, das pessoas portadoras de deficiência, do idoso, da criança e do adolescente e de outros interesses difusos e coletivos é
- (A) a Corregedoria-Geral do Ministério Público.
  - (B) a Coordenadoria-Geral do Ministério Público.
  - (C) o Conselho Superior do Ministério Público.
  - (D) o Colégio de Procuradores de Justiça.
  - (E) a Ouvidoria do Ministério Público.
- 
21. A atuação do Ministério Público do Estado de Sergipe deve levar em conta os objetivos e as diretrizes institucionais estabelecidos no Plano Plurianual Estratégico, com vistas a
- (A) exercer a fiscalização e a superintendência da atuação institucional, velando pelos seus princípios.
  - (B) orientar e fiscalizar as atribuições funcionais e a conduta dos membros da instituição.
  - (C) criar canais permanentes de recebimento de manifestações dos cidadãos, como denúncias, sugestões e elogios.
  - (D) promover atividades de ensino, pesquisa e serviços de recrutamento e treinamento de pessoal.
  - (E) viabilizar a consecução de metas prioritárias nas diversas áreas de suas atribuições legais.
- 
22. As decisões do Ministério Público do Estado de Sergipe, fundadas em sua autonomia funcional e administrativa, obedecidas as formalidades legais, têm eficácia
- (A) condicionada à expedição de ato administrativo pelo órgão da administração superior do Ministério Público competente.
  - (B) plena e executória imediata, ressalvada a competência Constitucional do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas.
  - (C) condicionada à confirmação pelo Conselho Nacional do Ministério Público.
  - (D) plena e executória imediata, sem ressalvas em virtude de previsão legal específica.
  - (E) plena e executória imediata, ressalvada a competência dos Ministérios Públicos dos demais Estados, do Distrito Federal e da União.
- 
23. Compete ao Secretário-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe
- (A) organizar o serviço de estatística das atividades do Ministério Público.
  - (B) realizar, de ofício, inspeções para verificação da regularidade dos serviços dos inscritos à promoção ou remoção voluntária.
  - (C) conduzir os processos administrativos ou sindicâncias de servidores do Ministério Público, inclusive para apuração de responsabilidade em acidentes com veículos oficiais.
  - (D) decidir sobre o vitaliciamento de membros do Ministério Público.
  - (E) fiscalizar o cumprimento pelos Órgãos de Execução do Ministério Público das metas estabelecidas no Plano Plurianual Estratégico da Instituição.

#### Noções de Direitos Humanos

24. O Pacto internacional dos Direitos Civis e Políticos, tratado internacional sobre direitos humanos, acaba por
- (A) deixar para outra normativa internacional a regulamentação sobre o tráfico de pessoas.
  - (B) ratificar os mesmos direitos esculpidos na Declaração Universal, apresentando diretrizes de cumprimento obrigatório para os países que a ele aderirem.
  - (C) definir prazo limite de duração do inquérito policial.
  - (D) coibir a utilização de prisão cautelar como medida possível em casos não flagranciais.
  - (E) ser introduzido no ordenamento brasileiro a partir de 1998, com a publicação de Decreto presidencial que destacou adesão integral ao texto.



25. A Convenção sobre eliminação de todas as formas de discriminação racial prevê expressamente em seu texto que
- (A) não há exigência de compromisso em efetuar nenhum ato ou prática de discriminação racial contra pessoas, grupos de pessoas ou instituições, sendo os avanços gradativos.
  - (B) não há compromisso em adotar uma política de eliminação da discriminação racial, contando-se predominantemente com a conscientização e requalificação das estruturas postas.
  - (C) os membros de seu Comitê serão eleitos em escrutínio secreto de uma lista de candidatos designados pelos Estados-Partes.
  - (D) será aplicada às distinções, exclusões, restrições e preferências feitas por um Estado-Parte nesta Convenção entre cidadãos e não cidadãos.
  - (E) será considerada discriminação racial as medidas especiais tomadas, mesmo que com o único objetivo de assegurar progresso adequado de certos grupos raciais ou étnicos.
- 
26. A respeito do Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, previsto pela Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, há previsão expressa de que:
- (A) deverá se reunir ordinariamente, no mínimo, por duas vezes ao longo de um mesmo ano corrente.
  - (B) em caso de saída de membro de um Estado-Parte, a recomposição da vaga será construída por indicação de Estado ainda não participante.
  - (C) o mandato de seus membros será de cinco anos, prevista a possibilidade de indicação para mais de um período subsequente.
  - (D) para a eleição de seus membros, faz-se necessário quórum de votação constituído pela metade mais um dos Estados-Partes presentes à reunião.
  - (E) seus membros recebam remuneração a partir de recursos das Nações Unidas, haja vista sua relevância.
- 
27. De acordo com o expressamente previsto pela Convenção sobre os Direitos da Criança, os Estados-Partes reconhecem o direito da criança de gozar do melhor padrão possível de saúde e dos serviços destinados ao tratamento das doenças e à recuperação da saúde. Nesse sentido, comprometem-se a envidar esforços para
- (A) ofertar prioritariamente o parto natural à gestante, somente permitindo outro modelo mediante justificativa médica.
  - (B) limitar a adoção por etnias diversas da origem da criança adotada, evitando-se impacto à saúde mental decorrente de adaptabilidade custosa.
  - (C) impedir a mortalidade infantil, por meio de ações concretas de preservação da vida.
  - (D) desenvolver a assistência médica preventiva, a orientação aos pais e a educação e serviços de planejamento familiar.
  - (E) manter em seu ordenamento limitação etária para acesso à autorização para direção de veículo automotor.
- 
28. Conforme disposto expressamente pela Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, a adaptação razoável é definida como
- (A) o uso de línguas alternativas, a visualização de textos, o braille, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de multimídia acessível, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizada.
  - (B) o efeito de impedir ou impossibilitar a desigualdade de oportunidades com as demais pessoas no contexto político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro.
  - (C) as modificações e os ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional ou indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que as pessoas com deficiência possam gozar ou exercer, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.
  - (D) a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, na maior medida possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico.
  - (E) as ajudas técnicas para grupos específicos de pessoas com deficiência, quando necessárias ao seu conforto e à qualificação de sua convivência.
- 
29. A educação de nível superior, prevista no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais deverá
- (A) fomentar e interligar-se com a educação de base.
  - (B) se tornar acessível a todos, com base na capacidade de cada um.
  - (C) ser implementada de forma progressiva e gratuita.
  - (D) ser ofertada de forma gratuita a todos.
  - (E) ser generalizada e tornar-se acessível a todos.
- 
30. Para a Declaração Universal dos Direitos Humanos, há o reconhecimento
- (A) da impossibilidade de somente os pais escolherem o modelo de educação dos filhos.
  - (B) à propriedade coletiva.
  - (C) da independência da personalidade, independente dos deveres sociais.
  - (D) à associação obrigatória.
  - (E) à remuneração diversa a depender do grau de instrução.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Contabilidade Geral e Avançada**

31. Analisando algumas demonstrações contábeis de uma empresa, referentes ao ano de 2023, foram obtidas as seguintes informações, com valores expressos em reais:

Aumento do capital social .....	2.000.000
Distribuição de dividendos .....	500.000
Ajuste positivo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (líquido de tributos) .....	300.000
Perdas na conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior .....	200.000
Ganho na alienação de ativos intangíveis .....	250.000
Lucro líquido do exercício .....	4.000.000

O valor total do resultado abrangente, apresentado na Demonstração do Resultado Abrangente da empresa no ano de 2023, foi, em reais,

- (A) 3.850.000  
(B) 4.300.000  
(C) 4.100.000  
(D) 3.600.000  
(E) 4.350.000
- 
32. A empresa Compra para Revenda S.A. comercializa bens de vestuário e adquiriu mercadorias, em 10/11/2022, nas seguintes condições:

- Valor das mercadorias: R\$ 690.000,00
- Prazo para pagamento ao fornecedor: 15 meses
- A taxa de juros implícita embutida na compra a prazo era 15% para o prazo de 15 meses

O valor dos tributos recuperáveis incluído no preço de compra era R\$ 50.000,00 e o valor dos tributos não recuperáveis era R\$ 20.000,00.

O fornecedor não faz a entrega das mercadorias e a empresa Compra para Revenda S.A. contratou uma transportadora para levar as mercadorias até seu depósito, pagando à vista o valor de R\$ 15.000,00.

Em 15/12/2022, a empresa Compra para Revenda S.A. vendeu 80% das mercadorias que havia adquirido em 10/11/2022 pelo valor de R\$ 700.000,00, à vista, mas concedeu um desconto comercial de 10% em função da quantidade adquirida por um cliente tradicional. A empresa pagou ainda os seguintes valores:

- R\$ 14.000,00 a título de comissão para seus vendedores.
- R\$ 5.000,00 para a transportadora que fez a entrega das mercadorias ao seu cliente.

O lucro bruto apurado pela empresa Compra para Revenda S.A., especificamente em relação a esta venda ocorrida em 15/12/2022, foi, em reais,

- (A) 159.000,00  
(B) 106.000,00  
(C) 122.000,00  
(D) 164.000,00  
(E) 178.000,00
- 
33. Um equipamento industrial foi adquirido à vista pelo valor de R\$ 8.000.000,00. A aquisição ocorreu em 20/12/2021 e o equipamento entrou em operação em 02/01/2022. A empresa definiu a vida útil para o equipamento em 10 anos e o valor residual estimado para venda no final do prazo de utilização foi R\$ 1.200.000,00. No final do ano de 2022, a empresa revisou o valor residual estimado no final do prazo de utilização para R\$ 750.000,00, em função de grande alteração no mercado secundário por causa de aparecimento de novos equipamentos com tecnologia mais atualizada. Sabendo que a empresa calcula a despesa de depreciação em função do tempo decorrido, o valor contábil do equipamento evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2023 foi, em reais,

- (A) 6.663.000,00  
(B) 6.590.000,00  
(C) 6.550.000,00  
(D) 6.640.000,00  
(E) 6.400.000,00



34. No dia 01/12/2023, uma empresa realizou três aplicações financeiras. As características de cada aplicação e os critérios de mensuração definidas pela empresa são apresentadas na tabela a seguir:

Valor Aplicado (R\$)	Data de vencimento	Mensuração definida pela empresa	Taxa de juros
500.000	30/06/2024	Mensuração ao valor justo por meio do resultado	1% a.m.
1.000.000	30/11/2024	Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1,5% a.m.
600.000	31/10/2025	Mensuração ao custo amortizado	2% a.m.

Em 31/12/2023 a empresa identificou os seguintes valores justos para as três aplicações:

Mensuração definida pela empresa	Valor Justo em 31/12/2023 (R\$)
Mensuração ao valor justo por meio do resultado	510.000
Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.008.000
Mensuração ao custo amortizado	615.000

O valor total que impactou o resultado da empresa no ano de 2021, decorrente dessas aplicações foi, em reais:

- (A) 37.000  
 (B) 35.000  
 (C) 33.000  
 (D) 32.000  
 (E) 30.000

35. O Patrimônio Líquido contábil da empresa Pratos Rápidos S.A., em 31/12/2023, era R\$ 40.000.000,00 e o valor justo líquido dos seus ativos e passivos identificáveis era R\$ 50.000.000,00. A diferença entre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis e o valor do Patrimônio Líquido contábil era devido à variação entre o custo original contabilizado e o valor justo de um terreno em 31/12/2023.

A empresa Alimentação Global S.A. adquiriu, em 31/12/2023, sessenta por cento (60%) das ações da empresa Pratos Rápidos S.A., pagando R\$ 25.000.000,00 e passando a deter seu controle.

As mudanças no Patrimônio Líquido da empresa Pratos Rápidos S.A. ocorridas em 2024 foram devidas aos seguintes fatos:

- Lucro líquido apurado em 2024: R\$ 2.000.000,00
- Distribuição e pagamento de dividendos em 2024: R\$ 1.000.000,00

Com base nestas informações, a empresa Alimentação Global S.A. registrou, nas suas demonstrações contábeis individuais:

- (A) Na data da aquisição, o resultado positivo de R\$ 5.000.000,00, referente à aquisição do investimento.  
 (B) Na data da aquisição, o valor de R\$ 1.000.000,00 como ágio por expectativa de rentabilidade futura.  
 (C) Na data da aquisição, na conta Investimentos no ativo, o valor de R\$ 24.000.000,00.  
 (D) Na data da aquisição, na conta Investimentos no ativo, o valor de R\$ 25.000.000,00.  
 (E) No resultado do ano de 2024, o resultado de equivalência patrimonial no valor de R\$ 600.000,00.

36. Uma empresa contratou, no dia 31/12/2022, um empréstimo no valor bruto de R\$ 40.000.000,00 para ser pago em 8 parcelas anuais de mesmo valor nominal. A taxa de juros compostos contratada foi 9% ao ano e o valor das parcelas anuais era R\$ 7.226.975,12. A empresa incorreu, para a obtenção do empréstimo, em custos de transação no valor de R\$ 1.444.621,14 que foram pagos na data de início do contrato, fazendo com que a taxa de custo efetivo do empréstimo fosse 10% ao ano.

Em relação a esse empréstimo,

- (A) o valor dos encargos financeiros registrados na demonstração do resultado de 2023 foi R\$ 4.000.000,00.  
 (B) o valor dos encargos financeiros registrados na demonstração do resultado de 2023 foi R\$ 7.226.975,12.  
 (C) o valor dos encargos financeiros registrados na demonstração do resultado de 2023 foi R\$ 3.600.000,00.  
 (D) o saldo total apresentado nas contas de passivo (circulante e não circulante), no Balanço Patrimonial de 31/12/2023, foi R\$ 35.183.941,63.  
 (E) o saldo total apresentado para as contas de passivo (circulante e não circulante), no Balanço Patrimonial de 31/12/2023, foi R\$ 36.773.024,88.



37. A Demonstração do Resultado publicada por uma empresa para o ano 2023 foi a seguinte:

<b>Demonstração do Resultado – Período: 01/01/2023 a 31/12/2023</b>	
<b>(valores em reais)</b>	
Receitas de Vendas	720.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	<u>(330.000)</u>
<b>(=) Resultado com Mercadorias</b>	<b>390.000</b>
(-) Despesa de Depreciação	(42.000)
(-) Outras Despesas Operacionais	(196.000)
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	15.000
(-) Despesas Financeiras	( 8.000)
(+) Lucro na Venda de Imobilizado	<u>48.000</u>
<b>(=) Resultado antes dos Impostos</b>	<b>207.000</b>
(-) Despesa com Imposto de Renda	( 41.400)
<b>(=) Resultado Líquido</b>	<b>165.600</b>

Durante o ano de 2023, a empresa não pagou as despesas financeiras incorridas no período.

Os Balanços Patrimoniais da mesma empresa, em 31/12/2022 e 31/12/2023, são apresentados a seguir:

**Balanços Patrimoniais em 31/12/2022 e 31/12/2023** (valores em reais)

<b>ATIVO</b>	<b>31/12/22</b>	<b>31/12/23</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>31/12/22</b>	<b>31/12/23</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>240.000</b>	<b>341.000</b>	<b>Passivo circulante</b>	<b>200.000</b>	<b>267.080</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	40.000	101.000	Fornecedores	120.000	58.000
Clientes	120.000	90.000	Empréstimos	80.000	118.000
Estoques	80.000	140.000	Impostos a pagar	-	41.400
Seguros antecipados	-	10.000	Dividendos a pagar	-	49.680
<b>Ativo não circulante</b>	<b>301.000</b>	<b>383.000</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>341.000</b>	<b>456.920</b>
<b>Investimentos</b>	<b>28.000</b>	<b>43.000</b>	Capital	300.000	300.000
<b>Imobilizado</b>			Reservas de Lucros	41.000	156.920
Máquinas e Equipamentos	188.000	340.000			
Terrenos	85.000	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>541.000</b>	<b>724.000</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO + PL</b>	<b>541.000</b>	<b>724.000</b>

O valor, em reais, correspondente ao Caixa das Atividades Operacionais gerado pela empresa em 2023 foi

- (A) 92.000
- (B) 102.000
- (C) 140.000
- (D) 202.000
- (E) 194.000

### Contabilidade de Custos e Gerencial

**Atenção:** Considere as informações a seguir para responder às questões de números 38 e 39.

No mês de outubro de 2024, uma empresa produziu 2.000 unidades do único produto que fabrica e, para a produção dessas unidades, incorreu nos seguintes gastos:

#### Custos e despesas variáveis

- Matéria-prima: R\$ 24,00 por unidade produzida
- Mão de obra direta: R\$ 12,00 por unidade produzida
- Despesas variáveis: R\$ 6,00 por unidade produzida

#### Custos e despesas fixas

- Despesas fixas: R\$ 24.000,00
- Custos fixos indiretos: R\$ 36.000,00
- Custos fixos diretos: R\$ 12.000,00

O preço unitário de venda praticado pela empresa é R\$ 400,00, os impostos sobre a venda correspondem a 20% do preço de venda e a empresa paga comissões de venda de 7% do preço de venda por unidade vendida.

A empresa vendeu 1.200 unidades do produto no mês de outubro de 2024.

38. Se a empresa adota o método de custeio por absorção, o custo unitário da produção no mês de outubro de 2024 foi, em reais,

- (A) 72,00
- (B) 60,00
- (C) 66,00
- (D) 36,00
- (E) 78,00



39. O ponto de equilíbrio contábil da empresa, em quantidade, é:

- (A) 218
- (B) 201
- (C) 259
- (D) 192
- (E) 288

40. Os produtos A, B e C são produzidos em um único departamento da empresa Reduzida S.A. As informações referentes ao processo produtivo da empresa no mês de agosto de 2023 foram as seguintes:

Produto	Matéria prima (por unidade)	Mão de obra direta (por unidade)	Quantidade total produzida	Preço de venda (por unidade)	Horas de mão de obra direta (por unidade)
A	R\$ 200	R\$ 400	2.000	R\$ 3.000	2h
B	R\$ 400	R\$ 200	1.000	R\$ 2.600	1h
C	R\$ 600	R\$ 200	1.500	R\$ 4.000	2h

Os custos indiretos, incorridos no mês de agosto de 2023, totalizaram R\$ 5.600.000,00. A empresa adota o método de custeio por absorção e os custos indiretos são alocados aos produtos em função da quantidade de horas de mão de obra direta utilizada no período.

Sabendo que não havia estoques iniciais dos produtos, que toda produção do mês de agosto foi finalizada e que não há estoques finais de produtos, os custos unitários de produção dos produtos A, B e C, no mês de agosto de 2023, foram, respectivamente, em reais,

- (A) 200; 400; 600
- (B) 1.720; 1.720; 1.920
- (C) 2.000; 1.300; 2.200
- (D) 1.844; 1.844; 2.044
- (E) 600; 600; 800

41. As informações referentes aos produtos Alfa, Beta e Gama, que são os únicos produzidos pela empresa Grega S.A., são apresentadas na tabela a seguir, com os valores expressos em reais por unidade:

Produtos	Alfa	Beta	Gama
Preço de venda	220,00	240,00	260,00
Custos variáveis	24,00	54,00	72,00
Custos fixos	8,00	18,00	24,00
Despesas variáveis	36,00	24,00	30,00
Despesas fixas	12,00	8,00	10,00

Os custos fixos e as despesas fixas são comuns aos três produtos. Os custos fixos são alocados aos produtos com base nos custos variáveis de cada um e as despesas fixas são alocadas com base nas despesas variáveis de cada produto.

Se o objetivo da empresa Grega S.A. for a maximização do lucro, a ordem dos produtos que devem ter sua venda incentivada é, respectivamente,

- (A) Alfa, Gama e Beta.
- (B) Alfa, Beta e Gama.
- (C) Beta, Gama e Alfa.
- (D) Gama, Alfa e Beta.
- (E) Beta, Alfa e Gama.



42. Para a produção do produto Delta, uma empresa utiliza os componentes Alfa e Gama. As seguintes informações sobre os custos referentes a esses componentes, para alguns níveis de quantidades produzidas, são apresentadas na tabela a seguir:

Componente	Quantidade produzida (unidades)	Custo unitário	Custo Total
Alfa	10.000	R\$ 10	R\$ 100.000
	15.000	R\$ 10	R\$ 150.000
	20.000	R\$ 10	R\$ 200.000
Gama	10.000	R\$ 6	R\$ 60.000
	15.000	R\$ 4	R\$ 60.000
	20.000	R\$ 3	R\$ 60.000

Com base nos dados apresentados, os custos dos componentes Alfa e Gama, em relação ao produto Delta, são, respectivamente,

- (A) fixo e variável.
- (B) indireto e variável.
- (C) variável e fixo.
- (D) variável e variável.
- (E) fixo e fixo.

**Atenção:** Considere as informações a seguir para responder às questões de números 43 e 44.

Uma empresa de consultoria empresarial oferece dois tipos de serviços aos seus clientes: organização jurídica e assessoria administrativa. Os custos diretos e o preço cobrado para cada tipo de serviço são os seguintes:

Serviço	Custos diretos	Preço do serviço
Organização jurídica	R\$ 5.000 por projeto	R\$ 20.000 por projeto
Assessoria administrativa	R\$ 31.200 por empresa/ano	R\$ 72.000 por empresa/ano

Os custos indiretos anuais da empresa, que totalizaram R\$ 530.000 ao ano, foram referentes às seguintes atividades:

- Geração de novos negócios: ..... R\$ 50.000 por ano
- Análise jurídica: ..... R\$ 100.000 por ano
- Preparação e entrega de relatórios: ..... R\$ 380.000 por ano

Os direcionadores de custos anuais dessas atividades identificados pela empresa e os percentuais consumidos por cada tipo de serviço foram:

Direcionadores	Organização jurídica	Assessoria administrativa
Tempo de geração de novos negócios (horas)	60%	40%
Número de lotes de análise jurídica	25%	75%
Preparação e entrega de relatórios	1%	99%

A empresa desenvolveu 10 projetos de organização jurídica e prestou assessoria administrativa para 20 empresas no ano.

43. Se a empresa adota o Custeio Baseado em Atividades (ABC), o lucro bruto anual apurado exclusivamente para o serviço assessoria administrativa foi, em reais:

- (A) 816.000
- (B) 937.600
- (C) 344.800
- (D) 272.800
- (E) 968.800

44. Se a empresa adota o Custeio Baseado em Atividades (ABC), o custo total anual do serviço organização jurídica foi, em reais:

- (A) 50.000
- (B) 55.880
- (C) 63.800
- (D) 108.800
- (E) 58.800



### Contabilidade Aplicada ao Setor Público

45. Considere que um órgão público recebeu R\$ 10.000,00 a título de caução para fins de garantia de execução contratual de um contrato administrativo. O registro contábil desse recurso impactará as classes
- (A) 1 e 3, reconhecendo um ativo financeiro e uma despesa.  
 (B) 1 e 2, reconhecendo um ativo financeiro e um passivo financeiro.  
 (C) 3 e 4, reconhecendo uma receita e uma despesa.  
 (D) 7 e 8, reconhecendo um ativo financeiro e um passivo permanente.  
 (E) 1 e 4, reconhecendo um ativo permanente e uma receita.
- 
46. Conforme definições de características qualitativas previstas na Estrutura Conceitual – NBCTSP:
- (A) A informação que auxilie aos usuários confirmarem que determinada informação econômica inserida em um documento contábil é fidedigna refere-se à característica da compreensibilidade.  
 (B) Comparabilidade significa uniformidade. Uma estrutura uniforme é o que garante a possibilidade de usuários compararem duas informações diferentes.  
 (C) As informações relevantes possuem duas características principais: influenciam as decisões dos usuários e são representadas em valores financeiros.  
 (D) Uma informação que retrate fielmente um fenômeno econômico ou outro fenômeno que retrate a substância da transação, os quais devem corresponder à forma jurídica dessa transação, possui a característica de representação fidedigna.  
 (E) Informação útil disponível em tempo hábil para a tomada de decisão do usuário é uma informação tempestiva.
- 
47. Conforme a Lei nº 4.320/1964, entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro apurado no
- (A) Balanço Patrimonial do exercício anterior.  
 (B) Balanço de Superávit do exercício anterior.  
 (C) Demonstrativo de Variações Patrimoniais do exercício presente.  
 (D) Balanço Orçamentário do exercício presente.  
 (E) Balanço Financeiro do exercício anterior.

**Atenção:** Para responder às questões de números 48 e 49, baseie-se na Lei nº 4.320/1964 e nas transações que ocorreram no exercício de 2024 a seguir:

Descrição	Empenho	Liquidação	Pagamento
Aquisição de canetas para distribuição aos estudantes das escolas municipais	R\$ 175.000,00	R\$ 175.000,00	R\$ 160.000,00
Aquisição de um bem imóvel novo	R\$ 1.825.000,00	R\$ 1.825.000,00	R\$ 1.825.000,00
Encargos financeiros sobre a dívida contratual	R\$ 17.000,00	R\$ 17.000,00	R\$ 17.000,00
Amortização do principal da dívida contratual	R\$ 72.000,00	R\$ 72.000,00	R\$ 72.000,00
Salários dos servidores públicos	R\$ 800.000,00	R\$ 775.000,00	R\$ 620.000,00
Prestação de serviços de copeiragem	R\$ 37.000,00	R\$ 32.000,00	R\$ 15.000,00

48. Ao final do exercício de 2024, houve inscrição de restos a pagar no montante de
- (A) R\$ 217.000,00 não processados, apenas.  
 (B) R\$ 187.000,00 processados e R\$ 30.000,00 não processados.  
 (C) R\$ 217.000,00 a processar, apenas.  
 (D) R\$ 187.000,00 não processados e R\$ 217.000,00 processados.  
 (E) R\$ 217.000,00 processados, apenas.
- 
49. O Balanço Financeiro referente a esse exercício evidenciou
- (A) R\$ 2.709.000,00 de despesa extraorçamentária, apenas.  
 (B) R\$ 217.000,00 de despesa extraorçamentária, apenas.  
 (C) R\$ 2.709.000,00 de despesa orçamentária e R\$ 217.000,00 de receita extraorçamentária.  
 (D) R\$ 2.926.000,00 de despesa orçamentária e R\$ 217.000,00 de receita extraorçamentária.  
 (E) R\$ 2.926.000,00 de despesa extraorçamentária, apenas.
- 
50. A transação que afeta negativamente a condição patrimonial de um órgão público é
- (A) o reconhecimento de receita de parcela referente ao principal de empréstimos concedidos.  
 (B) o recebimento de Dívida Ativa.  
 (C) o empenho de despesa com material de consumo ainda não entregue.  
 (D) o empenho referente à aquisição de novos computadores.  
 (E) a liquidação de despesas de ajuda de custo, as quais ainda não foram pagas.



51. Sobre os conceitos de dívida previstos na Lei nº 4.320/1964:

- (A) Um débito reconhecido de salário de servidor público, com exigibilidade dentro de 3 meses, faz parte da dívida fundada, pela perenidade do passivo.
- (B) Dívida ativa referente à Contribuição de Melhoria pode integrar o passivo financeiro ou o passivo permanente do órgão.
- (C) A dívida ativa tributária será reconhecida junto com os encargos financeiros e atualização monetária referentes a ela.
- (D) A dívida ativa decorrente de precatórios integra o passivo permanente.
- (E) Os débitos em tesouraria compõem a dívida fundada.

#### Administração Financeira e Orçamentária

52. Entre os princípios que informam os orçamentos públicos, o princípio da não vinculação ou não afetação possui assento constitucional, comportando, contudo, algumas exceções, tal como

- (A) garantias prestadas em operações de crédito com organismos multilaterais, incidentes sobre produtos de impostos do ente, observado o limite de comprometimento estabelecido pelo Senado Federal.
- (B) vinculação de percentual da receita corrente líquida a fundo de amortização do déficit do regime próprio de previdência dos servidores públicos do ente.
- (C) vinculação, por entes subnacionais, de produto da arrecadação de impostos de sua titularidade como garantia de pagamento de obrigações perante a União.
- (D) destinação de tributos, incluindo impostos e taxas, a fundos especiais de despesa, mediante lei específica, não constituindo receita vinculada o eventual superávit apurado ao final do exercício.
- (E) vinculação de percentual da receita corrente líquida dos Municípios a despesas relacionadas à consecução das metas de universalização de saneamento básico estabelecidas em lei complementar.

53. Suponha que, aproximando-se o final do exercício financeiro, várias Secretarias de Estado e órgãos da Administração direta e indireta possuam despesas empenhadas, porém ainda não pagas, relativas a contratos de obras em execução. Em alguns casos, houve medições, com atestações pelos gestores dos contratos, e correspondente liquidação das despesas. Em outros, contudo, essa etapa não foi realizada. Considerando o regime jurídico de geração de despesas públicas e as regras de execução orçamentária, tem-se que as despesas

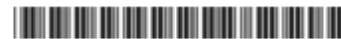
- (A) devem ser inscritas em restos a pagar, sendo que, no caso em que houve liquidação, serão restos a pagar processados e, naqueles em que houve apenas o empenho sem liquidação, serão restos a pagar não processados.
- (B) deverão ser canceladas, eis que todo o ciclo de geração de despesa deve ocorrer no exercício em que foi feito o empenho, com base no princípio da anualidade, salvo em se tratando de despesas extraorçamentárias.
- (C) constituirão despesas extraorçamentárias do exercício em curso, caso não haja pagamento até o final do mesmo, devendo ser pagas à conta de dotações da Lei Orçamentária do exercício seguinte.
- (D) que não tenham sido liquidadas deverão ser objeto de cancelamento, vedada a inscrição em restos a pagar, cabendo a abertura de nova dotação orçamentária no exercício seguinte.
- (E) empenhadas e devidamente liquidadas, porém em relação às quais não seja possível o pagamento até o final do exercício em curso, deverão ser pagas no ano subsequente como despesas de exercícios anteriores (DEA).

54. A Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme disciplina estabelecida na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal, constitui relevante instrumento de planejamento e acompanhamento de riscos fiscais e, nesse contexto, é integrada por Anexo de Metas Fiscais, o qual contempla, entre outros elementos,

- (A) reserva de contingência, fixada em percentual da receita corrente líquida, destinada exclusivamente à abertura de créditos extraordinários em situações de emergência ou calamidade pública.
- (B) as diretrizes para subvenções econômicas e sociais, política fiscal e as medidas de recondução das despesas previdenciárias aos limites fixados na LRF e no Plano Plurianual.
- (C) demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
- (D) os passivos contingentes e as superveniências ativas capazes de impactar as metas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.
- (E) os limites para contratação de operações de crédito e o valor máximo da dívida consolidada, que deve apresentar trajetória decrescente na forma prevista no Plano Plurianual.

55. De acordo com a disciplina constitucional estabelecida para apresentação e aprovação de emendas parlamentares ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), tem-se que as denominadas emendas impositivas, individuais ou de bancada,

- (A) devem ser destinadas exclusivamente à execução de despesas do próprio ente, vedada destinação dos recursos oriundos de emendas impositivas a outros entes da federação, exceto em se tratando de consórcio público.
- (B) são limitadas a 5% sobre a projeção de receitas estabelecida no PLOA, sendo 3% destinados a emendas individuais e 2% a emendas de bancada.
- (C) são computadas para efeito de cumprimento do montante mínimo constitucional de aplicação em despesas com serviços e ações em saúde, ainda que os recursos sejam transferidos para outro ente federado, neste caso na proporção de 50% do valor total da emenda.
- (D) constituem programações orçamentárias de caráter obrigatório e, portanto, não podem sofrer contingenciamento, mesmo na hipótese de não atingimento das metas fiscais conforme previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (E) podem destinar recursos a outro ente federado, independentemente da celebração de convênio ou instrumento congênere com o ente beneficiado, se adotada a modalidade transferência especial e cumpridos os requisitos previstos para tal modalidade.



56. As receitas públicas comportam diferentes classificações, conforme sua natureza e origem, e a aplicação das mesmas em despesas públicas guarda relação com o tipo em questão. Nesse sentido, tem-se que as receitas
- (A) obtidas a partir da exploração do patrimônio público, como alugueis, dividendos e outras rendas, são denominadas derivadas e destinadas a despesas de capital e custeio, exceto despesas com pessoal.
  - (B) provenientes da cobrança de taxas pelo exercício do poder de polícia são receitas denominadas extrafiscais e somente podem ser destinadas a finalidades específicas.
  - (C) extraorçamentárias são obtidas mediante alienação de ativos, incluindo participações societárias, e somente podem ser aplicadas em investimentos e inversões financeiras.
  - (D) obtidas com alienação de imóveis correspondem a receitas de capital e podem ser destinadas, por lei, para cobertura de déficit de regime previdenciário, geral e próprio, dos servidores.
  - (E) provenientes da arrecadação de impostos e que decorrem do poder de império estatal para exação em face dos contribuintes são denominadas originárias e destinadas a despesas correntes.
- 
57. Suponha que, em face de queda expressiva na arrecadação verificada no segundo quadrimestre do exercício, o Estado esteja considerando realizar operação de antecipação de receita orçamentária como forma de obter recursos para cobertura de despesas de pessoal e custeio em geral e também para concluir a execução de investimentos prioritários. Vale notar que o Estado nunca realizou operação da mesma natureza. De acordo com o regramento previsto na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal, referida operação
- (A) deve observar a denominada regra de ouro, de forma que o valor captado não poderá ser aplicado em despesas de pessoal e custeio em geral, mas apenas em despesas de capital.
  - (B) poderá ser realizada para atender insuficiência de caixa, mediante prévia autorização legislativa, e deve ser integralmente liquidada até o dia dez de dezembro do mesmo exercício em que contraída.
  - (C) somente poderá ser realizada se o Estado não tiver extrapolado o limite de comprometimento com operações de crédito, sendo o montante captado somado à dívida consolidada ou fundada do ente.
  - (D) equipara-se a operação de crédito, sendo vedada salvo se o Estado estiver em regime de recuperação fiscal e apresentar, como contrapartida, redução de despesas com pessoal e proposta de alienação de ativos.
  - (E) corresponde a antecipação de fluxo financeiro futuro, mediante alienação de direitos creditórios, configurando operação de securitização regulada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e que não se equipara a operação de crédito.
- 
58. Considere que o Estado necessite proceder ao aditamento de um contrato de obra pública, dentro dos limites autorizados pela legislação de regência, para ampliação dos quantitativos originalmente contratados. Ocorre que o aditivo ensejará o aumento do valor das parcelas devidas pelo Estado e a dotação prevista na Lei Orçamentária Anual para o referido contrato afigura-se insuficiente para cobertura das despesas adicionadas a partir do aditamento. Diante de tal cenário,
- (A) será necessária a abertura de crédito adicional suplementar, o que demanda lei em sentido formal e indicação de fonte de receita para lhe dar suporte, que pode ser proveniente de excesso de arrecadação.
  - (B) a celebração do aditivo sem cobertura orçamentária ou com cobertura parcial das despesas geradas afigura-se juridicamente viável em caso de obras emergenciais ou em situação de calamidade pública.
  - (C) afigura-se lícita a assunção de despesas adicionais, caso haja o prévio remanejamento de rubricas previstas na Lei Orçamentária Anual ou transposição de saldos de dotações não integralmente utilizadas.
  - (D) a dotação orçamentária insuficiente poderá ser suplementada por decreto do Chefe do Executivo, sem necessidade de lei autorizativa, mediante o cancelamento de dotação de igual valor.
  - (E) a celebração do aditivo demandará a abertura de crédito extraordinário, que independe de lei, exigindo-se a prévia indicação da fonte de cobertura, que pode ser proveniente de superávit apurado em balanço do exercício anterior.

#### Auditoria

59. Sobre as fraudes em trabalhos de auditoria:
- (A) O risco de detecção atribuído a fraude perpetrada pela administração ou por funcionários da empresa é o mesmo. O que importa é a essência do ato e não quem o pratica.
  - (B) Se o auditor independente encontrar indícios de fraude durante seu trabalho, deverá comunicar ao órgão público fiscalizador da empresa e se manter no trabalho de auditoria até a solução definitiva da fraude.
  - (C) Fraude pode ser um ato intencional ou não intencional. A diferenciação decorre do impacto causado nos demonstrativos contábeis.
  - (D) O conceito jurídico da fraude é um dos pontos cruciais para planejamento do auditor.
  - (E) O auditor independente deve levar em consideração o histórico de honestidade da administração, mas mantendo o ceticismo profissional em relação às evidências de auditoria coletadas.
- 
60. A respeito do trabalho a ser desenvolvido pelo auditor independente,
- (A) o ceticismo profissional é uma qualidade inerente ao auditor independente. Por conta disso, deve considerar que todos os documentos apresentados a ele possuam erros e/ou fraudes, até que se prove o contrário.
  - (B) o planejamento adequado da auditoria e a designação apropriada de pessoal para a equipe de trabalho são assuntos que interferem no risco de detecção da auditoria.
  - (C) a suficiência de evidências de auditoria reunidas pelo auditor independente refere-se a uma medida de qualidade, ou seja, à adequação das evidências coletadas.
  - (D) a fim de aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis, o auditor independente atesta a integral conformidade das demonstrações com a estrutura de relatório financeiro aplicável.
  - (E) um dos objetivos do auditor é demonstrar que as demonstrações contábeis foram elaboradas livres de distorções relevantes decorrentes de fraudes. O erro, pelo seu caráter não volitivo, pode ser relevado.



61. Sobre amostragem de auditoria:

- (A) Se o auditor decidir analisar todos os itens do conjunto de dados auditado, então estará analisando a sua estratificação.
- (B) É imprescindível que o auditor avalie se o uso da amostragem forneceu uma base razoável para extrair conclusões sobre a população testada.
- (C) A elaboração de amostragem deve seguir o método científico. Sendo assim, a amostra deve ser elaborada sob o método estatístico.
- (D) O nível de risco de amostragem que o auditor está disposto a aceitar é diretamente proporcional à amostra. Quanto maior o risco aceitável, maior o tamanho da amostra.
- (E) Anomalia é a distorção que é comprovadamente representativa de distorção ou desvio em uma população.

---

#### Perícia Contábil

62. Sobre as atribuições legais do perito-contador:

- (A) É direito legal do perito-contador abster-se de responder a quesitos formulados pelo juiz, partes e/ou Ministério Público, se entender, motivadamente, que determinado quesito está em divergência com as normas contábeis.
- (B) O perito-contador, se demonstrar possuir comprovantes educacionais na área do trabalho, não pode ser substituído por ato do juiz da causa.
- (C) O laudo pericial deve ser obrigatoriamente elaborado em linguagem simples e o perito deve demonstrar como alcançou suas conclusões.
- (D) É direito da parte a obtenção da prova pericial, não cabendo ao juiz denegá-lo quando a parte o requerer.
- (E) O laudo pericial deve conter a análise subjetiva realizada pelo perito.

63. Em relação à atividade de perícia contábil,

- (A) o perito-contador "escolhido" é aquele que realiza sua atividade no âmbito de processo judicial, após nomeação realizada pelo juiz da causa.
- (B) o perito-contador, quando atua em nomeação, possui dependência em relação à parte que paga seus honorários de perito.
- (C) o perito deve analisar os custos de pessoal e encargos sociais durante a fase da execução dos trabalhos, a fim de elaborar seu orçamento de honorários.
- (D) o perito é um contador que deve ser registrado no Conselho Regional de Contabilidade e precisa ter profundo conhecimento sobre a matéria periciada.
- (E) por ser trabalho de alta complexidade técnica, o perito contábil, dentro do trabalho realizado pela sua equipe técnica, responde apenas pelos seus atos individuais.

---

#### Legislação Aplicada

64. A Lei nº 14.133/2021, introduziu diversas inovações em relação ao regime de licitações e contratações públicas, entre as quais o denominado Estudo Técnico Preliminar, o qual

- (A) é obrigatório quando se trate de contratação de obras na modalidade concorrência, e facultativo nas demais modalidades, podendo ser substituído por projeto básico ou executivo.
- (B) se caracteriza como um dos instrumentos auxiliares à licitação, assim como o credenciamento e a manifestação de interesse, podendo ser utilizado em contratações simultâneas ou recorrentes
- (C) é exigível apenas na licitação sob a modalidade Diálogo Competitivo, devendo conter a descrição e detalhamento da solução técnica idealizada para o escopo da contratação.
- (D) constitui documento obrigatório a ser apresentado pelos licitantes na fase de habilitação, que deve ser acompanhado dos atestados de qualificação técnica correspondentes.
- (E) se insere na fase preparatória do processo licitatório, caracterizada pelo planejamento, e contempla a descrição da necessidade da contratação e a caracterização do interesse público envolvido.

65. Considere que uma empresa, constituída sob a forma de sociedade por ações (sociedade anônima), regida pela Lei nº 6.404/1976, pretenda aumentar o seu capital social a fim de realizar investimentos de ampliação e modernização. De acordo com a citada legislação de regência,

- (A) o aumento poderá ser deliberado pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, se assim previsto no estatuto social.
- (B) será necessária oferta pública de ações, com prévia abertura do capital social da companhia e registro perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- (C) a aprovação compete à Diretoria ou ao Conselho Fiscal, conforme dispuser o estatuto, assegurado o direito de subscrição dos atuais acionistas.
- (D) a matéria é prerrogativa da Assembleia de Acionistas, mediante quórum qualificado, assegurado o direito de retirada dos acionistas que discordarem do aumento.
- (E) a aprovação compete à Diretoria da companhia, vedada a emissão de novas ações e alteração no percentual de participação no capital social dos atuais acionistas.



66. Suponha que esteja em curso um Processo de Apuração de Responsabilidade (PAR) para apuração, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (anticorrupção), de manipulação do equilíbrio econômico-financeiro de contrato administrativo. Considere que não foi possível individualizar a culpabilidade dos dirigentes da empreiteira, porém restou comprovado que os dados utilizados no pleito de reequilíbrio econômico-financeiro foram fraudados, com obtenção de vantagem ilícita pela empresa. Diante de tal cenário e com base no que dispõe o citado diploma legal,
- (A) os dirigentes ou administradores serão responsabilizados por atos ilícitos, independentemente de sua culpabilidade, caso a conclusão do PAR seja pela ocorrência de dano à Administração Pública.
  - (B) a responsabilidade da empreiteira é subjetiva, demandando a comprovação de pagamento de propina ou outra espécie de vantagem financeira a agente público.
  - (C) a empreiteira possui responsabilidade objetiva pelos atos ilícitos perpetrados, independentemente da comprovação de culpa ou dolo de seus dirigentes.
  - (D) descabe responsabilização da empreiteira, eis que apenas pessoas físicas são sujeitas às penalidades previstas no referido diploma, salvo o sancionamento consistente em declaração de inidoneidade.
  - (E) a responsabilidade da empreiteira é subsidiária, respondendo pelos danos causados à Administração apenas quando não seja possível obter a recomposição perante os responsáveis diretos.

### Matemática Financeira e Estatística Aplicada

67. Analisando a relação entre o tempo de experiência, em anos, e salários, em salários mínimos (SM), dos empregados em um determinado ramo de atividade, optou-se por utilizar o modelo linear simples  $Y_i = \alpha + \beta t_i + \varepsilon_i$ , em que  $Y_i$  é o salário do empregado  $i$ ,  $t_i$  é o tempo de experiência do empregado  $i$ ,  $\alpha$  e  $\beta$  são parâmetros desconhecidos e  $\varepsilon_i$  o erro aleatório com as respectivas hipóteses do modelo de regressão linear simples. Utilizando o método dos mínimos quadrados, com base nas observações de 100 salários de empregados do ramo, obteve-se uma estimativa para o parâmetro  $\alpha$  igual a 2. Se a soma dos salários dos empregados observados foi igual a 400 SM e a média dos respectivos tempos de experiência apresentou um valor igual a 2,5 anos, então a previsão do salário de um empregado com 8 anos de experiência é, em SM, de
- (A) 7,8
  - (B) 10,8
  - (C) 8,4
  - (D) 9,6
  - (E) 7,2
68. Um investidor realizou, em uma determinada data, duas aplicações em uma instituição financeira, sendo a primeira aplicação correspondente a um capital no valor de R\$ 20.000,00 aplicado, durante 8 meses, a uma taxa de juros simples de 15% ao ano. A segunda aplicação correspondente a um capital de valor igual ao montante da primeira aplicação, durante 1 semestre, a uma taxa de juros compostos de 3% ao trimestre. O valor dos juros obtido na segunda aplicação foi igual a
- (A) R\$ 1.461,60
  - (B) R\$ 1.278,90
  - (C) R\$ 1.218,00
  - (D) R\$ 1.400,40
  - (E) R\$ 1.339,80
69. Um título foi descontado em um banco 4 meses antes de seu vencimento, a uma taxa de desconto de 24% ao ano, segundo uma operação de desconto comercial simples apresentando um valor atual de R\$ 24.840,00. Caso fosse utilizada a operação de desconto racional simples, com a mesma taxa de desconto de 24% ao ano, o valor atual teria sido de
- (A) R\$ 26.500,00
  - (B) R\$ 24.000,00
  - (C) R\$ 26.000,00
  - (D) R\$ 25.000,00
  - (E) R\$ 23.000,00
70. Considere uma população  $P$  formada pelos 100 salários dos empregados em uma empresa. Com relação às medidas estatísticas de posição e de dispersão de  $P$ ,
- (A) havendo admissão de mais 10 empregados ganhando, cada um, um salário igual à média aritmética de  $P$ , a nova média aritmética da população formada pelos 110 funcionários é igual à média aritmética de  $P$ .
  - (B) verificando que a mediana é igual à moda, então a média aritmética é igual à mediana e à moda.
  - (C) se for concedido um aumento de 10% para todos os salários, a nova média aritmética fica aumentada de 10% e o respectivo novo desvio padrão não se altera.
  - (D) a mediana da população é sempre inferior à respectiva média aritmética, mas superior à moda.
  - (E) se for concedido um abono de valor fixo igual a R\$ 500,00 para todos os salários, a nova média aritmética e o novo desvio padrão ficam aumentados em R\$ 500,00.